



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

---

LEI Nº.1.661 / 2006 – SGAP.

DENOMINA de Rua Enfermeira MARIA JOSÉ BATISTA LACERDA, a Via Coletora 2, na Quadra 20 do Loteamento da CEAP, denominado Ronaldo da Cunha Lima, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS** decreta e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica denominada de Rua Enfermeira Maria José Batista Lacerda, a Via Coletora 2, da Quadra 20 do Loteamento da CEAP, denominado Ronaldo da Cunha Lima, como uma justa homenagem do Poder Legislativo Cajazeirense.

Art. 2º - As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – Estado da Paraíba, 01 de Dezembro de 2006.

**Dr. Carlos Antonio Araújo de Oliveira**  
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

---

LEI Nº.1.662 / 2006 – SGAP.

DENOMINA de Rua FRANCISCO VITORIANO DE LIMA, a Rua Projetada 13 do Conjunto Ronaldo da Cunha Lima, tendo início na Via 14 entre as Quadras 18 e 19, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS** decreta e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica denominada de Rua Francisco Vitoreano de Lima a Rua Projetada 13 do Conjunto Ronaldo da Cunha Lima, tendo início na Via 14 entre as Quadras 18 e 19, como uma justa homenagem do Poder Legislativo Cajazeirense.

Art. 2º - As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – Estado da Paraíba, 01 de Dezembro de 2006.

**Dr. Carlos Antonio Araújo de Oliveira**  
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

---

LEI Nº.1.663 / 2006 – SGAP.

CRIA o Posto de Moto táxi a ser instalado na Rua Chiquinho Nogueira, 23, Bairro Pio X, limita o número de veículos (motos) no posto, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS decreta e eu sanciono a presente Lei.**

Art. 1º - Fica criado um posto de moto táxi a ser instalado na Rua Chiquinho Nogueira, 23, Bairro Pio X, nesta cidade de Cajazeiras.

Art. 2º - O posto que se refere o artigo anterior deverá funcionar ininterruptamente, dia e noite, sob fiscalização do órgão do trânsito local ( SCTRANS).

Art. 3º - Os proprietários dos veículos deverão ser cadastrados junto ao órgão competente da Prefeitura Municipal, devendo constar a relação nominal dos moto taxistas inscritos na praça, constando o número da carteira de identidade, número da carteira de habilitação profissional, data de vencimento e documentação do veículo devidamente emplacado e vistoriado pelo SCTRANS.

Art. 4º - Os veículos a serem cadastrados, deverão ser regularizados junto ao SCTRANS, atendendo ao disposto no Art. 3º da presente Lei, sendo indispensável para exercer a atividade, o prévio fornecimento de Alvará a ser expedido pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Cajazeiras (PB).

Art. 5º - Fica limitado em 10(dez), o número de vagas que se refere esta Lei, tendo preferência os que já operam no referido local.

Art. 6º - As tarifas a serem cobradas, serão fixadas pelo Poder Público Municipal.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – Estado da Paraíba, 01 de Dezembro de 2006.

**Dr. Carlos Antonio Araújo de Oliveira**  
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

---

LEI Nº.1.664 / 2006 – SGAP.

CRIA o Posto de Moto táxi a ser instalado na Rua Antônio Fernandes da Silva, 428, Bairro Vila Nova, em nome de Alisson da Silva Costa, limita o número de veículos (motos) no posto, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS decreta e eu sanciono a presente Lei.**

Art. 1º - Fica criado um posto de moto táxi a ser instalado na Rua Antônio Fernandes da Silva, 428, Bairro Vila Nova II, nesta cidade de Cajazeiras – PB, em nome de Alisson da Silva Costa..

Art. 2º - O posto que se refere o artigo anterior deverá funcionar ininterruptamente, dia e noite, sob fiscalização do órgão do trânsito local ( SCTRANS).

Art. 3º - Os proprietários dos veículos deverão ser cadastrados junto ao órgão competente da Prefeitura Municipal, devendo constar a relação nominal dos moto taxistas inscritos na praça, constando o número da carteira de identidade, número da carteira de habilitação profissional, data de vencimento e documentação do veículo devidamente emplacado e vistoriado pelo SCTRANS.

Art. 4º - Os veículos a serem cadastrados, deverão ser regularizados junto ao SCTRANS, atendendo ao disposto no Art. 3º da presente Lei, sendo indispensável para exercer a atividade, o prévio fornecimento de Alvará a ser expedido pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Cajazeiras (PB).

Art. 5º - Fica limitado em 10(dez), o número de vagas que se refere esta Lei, tendo preferência os que já operam no referido local.

Art. 6º - As tarifas a serem cobradas, serão fixadas pelo Poder Público Municipal.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – Estado da Paraíba, 01 de Dezembro de 2006.

**Dr. Carlos Antonio Araújo de Oliveira**  
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

---

LEI Nº 1.665 / 2006 – SGAP.

ALTERA a redação do Artigo 1º da Lei Municipal Nº. 1.653/2006, na forma que especifica e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA**, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS** decreta e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Municipal Nº. 1.653/2006, passará a vigorar com a seguinte redação: art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, controlar e fiscalizar 35 (TRINTA E CINCO) Praças para a Exploração de Moto Táxi, devendo a permissão ser feita à Empresas que já operam neste ramo de atividade comercial.

Art. 2º - A presente Lei autoriza a criação e funcionamento das praças localizadas: a) na Rua Vitória bezerra s/n – Zona Sul; b) na Rua Geminiano de Sousa, - Centro; c) na Rua Prejetada – Q 12, no Conjunto Ronaldo Cunha Lima; d) na Rua Julio Pajeú – Bairro Cristo Redentor; e) na Av. Joce Claudino; f) na Rua Joaquim de Sousa – Centro – todas na cidade de Cajazeiras.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – Estado da Paraíba, 01 de Dezembro de 2006.

Atenciosamente,

**Dr. Carlos Antonio Araújo de Oliveira**  
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

**Lei nº 1.666/2006**

**DEFINE O PLANO DIRETOR DE  
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO  
MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber e a  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS decreta e eu sanciono a presente Lei.**

**CAPÍTULO I**

**Da Definição**

**Art.1º** - O Plano Diretor é o instrumento básico, global e estratégico da política de desenvolvimento do Município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços, urbano e rural, na oferta dos serviços públicos essenciais, visando a assegurar melhores condições de vida para a população.

**CAPÍTULO II**

**Dos Objetivos**

**Art. 2º** - São objetivos gerais do Plano Diretor do Município:

- I. assegurar que a ação pública ocorra de forma planejada;
- II. assegurar a função social da propriedade urbana e dos espaços urbanos;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- III. estabelecer as exigências fundamentais de ordenação da cidade, garantindo a participação da população nas decisões relacionadas à organização dos espaços;
- IV. ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade;
- V. orientar os investimentos públicos em função da melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural em geral, do desenvolvimento auto-sustentável do município e ao atendimento prioritário das demandas sociais;
- VI. preservar e desenvolver os bens culturais em geral e o meio ambiente;
- VII. o pleno desenvolvimento do fator socioeconômico urbano e rural local;
- VIII. a reestruturação do sistema municipal de planejamento e gestão;
- IX. a adequada distribuição e suprimento de infra-estruturas;
- X. a justa distribuição dos benefícios e ônus das obras e serviços de infra-estrutura;
- XI. o desenvolvimento de Política de Defesa Civil em consonância com a legislação vigente;
- XII. o controle da especulação imobiliária.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da função Social da Propriedade**

**Art. 3º** - Consoante a Constituição Federal, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, submetendo o exercício dos direitos a ela inerentes aos interesses coletivos, expressas nesta Lei e nas Leis Específicas e Complementares ao Plano.

**Parágrafo Único** - São exigências fundamentais de ordenação da cidade o aproveitamento e utilização da propriedade, de modo a atender, no mínimo, os seguintes princípios básicos:

- a) cumprir as leis e códigos que definem as formas e critérios de aproveitamento da propriedade Urbana e Rural;



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

- b) favorecer as oportunidades que garantam o acesso à propriedade urbana e à moradia a todas as camadas sociais;
- c) garantir o aproveitamento e a utilização da propriedade urbana, assegurando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade;
- d) promover o aproveitamento e utilização da propriedade urbana, de forma a compatibilizá-los com a capacidade de atendimento da infraestrutura e equipamentos Urbanos e dos serviços públicos já existentes;
- e) propiciar a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes dos processos de urbanização.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Leis Específicas e Complementares**

**Art. 4º** - São objetivos básicos referentes às Leis específicas e Complementares a este Plano:

- I. proteger, preservar e restaurar o Meio Ambiente;
- II. prevenir ocorrências de distorções do crescimento urbano;
- III. proteger, preservar e restaurar o patrimônio histórico, artístico, cultural, arqueológico e paisagístico;
- IV. evitar e prevenir as incompatibilidades de uso do solo;
- V. controlar as densidades populacionais no território urbano;
- VI. controlar a distribuição espacial das atividades produtivas;
- VII. estimular e disciplinar a produção imobiliária, favorecendo a provisão de espaços adequados e criando condições de bom atendimento do mercado e da demanda social;
- VIII. evitar a dispersão de ocupação do território;
- IX. garantir a adequada ocupação do lote urbano;
- X. garantir a segurança e salubridade das edificações;
- XI. garantir áreas adequadas para uso residencial;



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

**XII.** garantir áreas adequadas de lazer.

**§ 1º** - As Leis Específicas e Complementares a este Plano de que trata o *caput* deste artigo, as seguintes:

- a) Código de Obras e Legislação Urbanística;
- b) Código de Posturas;
- c) Código do Meio Ambiente;

**§ 2º** - As Leis mencionadas no parágrafo anterior deste artigo serão revistas no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação desta Lei:

**Art. 5º** - As Leis Específicas e Complementares citadas no parágrafo I do Artigo anterior se configuram como instrumento de planejamento, cuja finalidade é garantir os objetivos básicos enumerados no Artigo 4º, e expressam exigências fundamentais de ordenação da cidade.

**Art. 6º** - Esta Lei Complementar, e suas Leis Específicas e Complementares enumeradas no parágrafo 1 do Artigo 4º só poderão sofrer modificações mediante lei, com aprovação de dois terços dos vereadores, após 3 (três) anos de vigência.

## **CAPITULO V**

### **Das políticas setoriais**

**Art. 7º** - A Política Setorial de caráter urbanístico definida plenamente pelas leis específicas e complementares a este Plano, e as futuras políticas setoriais a serem definidas pela Secretaria de Planejamento, configuram-se desdobramento do Plano Diretor.

**Parágrafo Único** – O Executivo Municipal é obrigado a elaborar, avaliar e acompanhar as políticas setoriais dos órgãos da Administração Municipal, através do Sistema Municipal de Planejamento, e



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

deverá observar a legislação, objetivos, diretrizes, programas e propostas constantes da lei do Plano Diretor e seus respectivos anexos.

**SEÇÃO I**

**Da Política Administrativa no Âmbito do Planejamento Municipal**

**Art. 8º** - São objetivos básicos da Política Administrativa no âmbito do Planejamento Municipal os seguintes:

- I. instituir o processo permanente de Planejamento;
- II. modernizar os métodos de gestão e demais procedimentos burocráticos;
- III. garantir a participação comunitária através dos Conselhos Municipais instituídos pela Lei Orgânica, Plano Diretor e Leis Complementares que venham a ser estabelecidas;
- IV. promover a integração das atividades setoriais;
- V. descentralizar os serviços públicos.

**Art. 9º** - A Política Administrativa contemplará a reestruturação administrativa através da revisão da Lei Municipal que regulamente a questão, sendo que, no âmbito do planejamento municipal prescreverá sobre:

- I. criar Unidades Setoriais de Planejamento para cada órgão da administração direta e indireta;
- II. constituir um Núcleo de implementação e acompanhamento do Plano Diretor sob a direção da Secretaria Municipal de Planejamento, e composto por representantes das Unidades Setoriais de Planejamento de cada órgão da administração direta e indireta, representantes das associações de bairros, de classes, de organizações não governamentais, de representante do Poder Legislativo e do Conselho de Administração Municipal (CAM).



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

- III. manter e fortalecer o Conselho de Administração Municipal (CAM), nos termos da Lei Municipal nº. 1.126/97.

§ 1º - Compete às Unidades Setoriais de Planejamento de cada Secretaria a responsabilidade pela elaboração da política setorial no âmbito das atribuições de seu Órgão respectivo.

§ 2º - Competem ao Núcleo de acompanhamento e implementação do Plano Direto e ao Conselho de Administração Municipal da cidade:

- a) apreciar as políticas setoriais de cada órgão do Executivo Municipal, de acordo com Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;
- b) avaliar os resultados e acompanhar a execução do Plano Diretor;
- c) apreciar, avaliar e acompanhar a execução de Plano de Governo, Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual.

**Art. 10** – A Secretaria Municipal de Planejamento, as Unidades Setoriais de Planejamento, o Núcleo de Acompanhamento e Implementação do Plano Diretor e o Conselho de Administração Municipal constituem o Sistema Municipal de Planejamento.

## **SEÇÃO II**

### **Da Política Tributária e do Uso do Solo**

**Art. 11** - Os objetivos básicos referentes à Política Tributária são os seguintes:

- I. instituir impostos e tributos de competência municipal;
- II. assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana;
- III. recuperar, em benefício comum, o ônus provocado pelas distorções do processo de urbanização, provocadas pela má utilização da propriedade;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- IV. recuperar, em benefício comum, a valorização acrescida pelos investimentos públicos à propriedade particular;
- V. coibir a atividade especulativa com a propriedade urbana.

**Art. 12** - Para garantir cumprimento da função social da propriedade urbana, e atender ao disposto no artigo anterior, o Poder Público Municipal instituirá, mediante Lei Complementar ao Código Tributário, os instrumentos abaixo – contidos na Lei 10.257/01 de 10 de Julho de 2001 (Estatuto das Cidades) - que passam a integrar o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Cajazeiras.

- I. O Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória.
- II. A cobrança de IPTU Progressivo no tempo sobre a propriedade não utilizada ou subutilizada.
- III. A Outorga Onerosa do Direito de Construir ou Solo Criado.
- IV. O Direito de Preempção.
- V. A Usucapião especial de Imóvel Urbano.
- VI. A delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).
- VII. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).
- VIII. Outorga Onerosa de alteração do Uso.
- IX. Regularização Fundiária.
- X. Audiências Públicas e Debates, Referendo e Plebiscito.

**Parágrafo Único** – Para garantir o adequado uso do solo, as políticas desenvolvidas para esta finalidade contemplarão, no mínimo, Diretrizes, Programas e Projetos sobre:

- I. revisar a legislação urbanística municipal através de audiência pública;
- II. criar de um setor de georeferenciamento ligado à Secretaria de Planejamento;
- III. utilização de terrenos vazios e subutilizados para fins sociais;
- IV. estabelecer na legislação vigente a garantia de circulação para a população no zoneamento e construção de condomínios;
- V. delimitar as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social;



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

- VI. Lei da Delimitação dos bairros;
- VII. revisar a Lei de Uso e Ocupação do Solo no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação desta Lei.

### **SEÇÃO III**

#### **Da Política Orçamentária e do Investimento Público**

**Art. 13** – A Política Orçamentária e do investimento público composta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda Pública e da Secretaria de Planejamento deverá, obrigatoriamente, considerar as proposições deste Plano Diretor e as constantes nas políticas setoriais a serem elaboradas.

### **SEÇÃO IV**

#### **Da Política Urbana e Rural**

**Art. 14** – Os objetivos referentes à Política Urbana e Rural são:

- a) assegurar a distribuição equânime dos custos e benefícios das obras e serviços de infra-estrutura urbana e rural e a recuperação, para a coletividade, da valorização imobiliária dos investimentos públicos;
- b) assegurar a adequação do uso da infra-estrutura urbana e rural à demanda da população usuária, evitando-se a ociosidade ou sobrecarga da capacidade instalada;
- c) compatibilizar os objetivos estratégicos do desenvolvimento local com os programas dos Governos Federal e Estadual, com vistas à complementaridade e integração dos objetivos;
- d) assegurar a compreensão ampla do espaço de planejamento, de forma a contemplar, como espaço homogêneo, todo o território da cidade de Cajazeiras.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 15** – Para fins desta Lei e das Leis Específicas e Complementares, são adotadas as seguintes definições:

- I. **Zonas:** Subdivisões da área urbana da Cidade, delimitadas por Lei e caracterizadas por sua função social diferenciada;
- II. **Área Edificada ou Construída:** A soma das áreas de todos os pavimentos de uma edificação;
- III. **Índice de Aproveitamento:** A relação entre a área edificada e área da gleba ou do lote;
- IV. **Área Bruta de uma Zona:** sua área total, inclusive ruas, praças e espaços para equipamentos de uso institucional;
- V. **Densidade Bruta de uma Zona:** A relação entre o número total de habitantes e a área bruta da zona, expressa em habitantes por hectare;
- VI. **Potencial Construtivo de uma Gleba ou Lote:** O produto de sua área pelo índice de aproveitamento admitido para a zona onde estiver localizada;
- VII. **Habitação de Interesse Social:** Aquela destinada às populações que vivem em condições precárias de habitabilidade ou auferem renda inferior a 1,5 (um e meio) salários mínimos vigentes ou seu sucedâneo legal;
- VIII. **Infra-estrutura e Serviço Básico:** Os sistemas de abastecimento de água, coleta e destinação final de esgotos, drenagem de águas pluviais, energia elétrica, iluminação pública, vias pavimentadas e coleta de lixo com sua destinação final.

**Art. 16** – A Política Urbana contemplará, no mínimo, Diretrizes, Programas e Projetos sobre:

- I. o macro-zoneamento da área urbana para efeito do ordenamento do uso e ocupação do solo;
- II. utilizar os índices de aproveitamento diferenciados, de acordo com as zonas suas densidades brutas e potencial de crescimento;
- III. definir a adequada função social da propriedade urbana e priorização da habitação de interesse social;
- IV. a Infra-Estrutura básica em todo o território da cidade de Cajazeiras com vista a:



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

- a) definir as políticas públicas para saneamento ambiental;
- b) elaborar projetos de macro-drenagens observando, as especificidades das unidades de sub-bacias.
- c) elaborar projetos de pavimentação, observando o sistema viário do município e a demanda dos bairros.

**SEÇÃO V**

**Da Política Habitacional**

**Art. 17** – Os objetivos básicos referentes à Política Habitacional são:

- a) garantir o acesso à propriedade e moradia a todos;
- b) priorizar a população de baixa renda;
- c) promover a regularização fundiária e urbanização específica para áreas ocupadas por população de baixa renda;
- d) priorizar a utilização das terras públicas sem destinação específica, não utilizadas e sub-utilizadas para assentamentos de população de baixa renda;
- e) assegurar que, para os conjuntos habitacionais a serem implantados, sejam reservadas áreas de convívio social para a população, áreas verdes e praças nos percentuais estabelecidos pelas legislações do uso do solo e ambiental em vigor;
- f) coibir aglomerados populacionais a se instalem em áreas de preservação ambiental, insalubres e perigosas ou destinadas à expansão econômica, industrial, turística e afins;
- g) elaborar uma política municipal de habitação.

**Art. 18** - A Política Habitacional contemplará, no mínimo, Diretrizes, Projetos e Programas sobre:

- I. criação de uma política de moradia na cidade;
- II. definição de uma política de saneamento básico;



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

- III. concretização da reurbanização de áreas ocupadas por favelas;
- IV. concretização da regularização fundiária das áreas de ocupação irregular;
- V. reassentamento das populações residentes em áreas de risco, insalubridade e preservação ambiental;
- VI. implantação de lotes urbanizados e construção de conjuntos habitacionais para população comprovadamente carente, conforme o artigo 15, inciso VII dessa Lei;
- VII. implantação de processos construtivos (mutirões);
- VIII. criação de formas de financiamento;
- IX. reconstrução de moradias de população que se enquadrem na descrição do Artigo 15, Inciso VII dessa Lei;
- X. distribuição de cesta básica de materiais de construção, segundo critérios implícitos no Artigo 15, inciso VII dessa Lei;
- XI. formação de estoques de áreas para fins habitacionais;
- XII. cumprimento da legislação urbanística.

**SEÇÃO VI**

**Da Política de Promoção e Assistência Social**

**Art. 19** – São objetivos básicos referentes à Política de Promoção e Assistência Social:

- I. proteger e amparar a família, a infância, a adolescência e a velhice;
- II. promover a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais e sua integração à vida comunitária;
- III. assegurar o cumprimento da Lei Federal nº 8.607, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);
- IV. assegurar o cumprimento do Estatuto do Idoso.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**§1º** - A Política de Promoção e Assistência Social garantirá a manutenção dos programas e projetos existentes e priorizará a ampliação de atendimento à faixa etária acima dos 60 anos.

**§2º** - A Política de Promoção e Assistência Social do Município deve se pautar pela descentralização dos projetos, programas e dos núcleos de atendimento à população, buscando no caso da Assistência Social, a integração com as redes prestadoras nos âmbitos Estadual, Federal e Particular.

**Art. 20** – A Política de Ação Social contemplará no mínimo, Diretrizes, Projetos e Programas sobre:

- I. criar um Centro de Atendimento voltado para a criança e o adolescente;
- II. ampliar os Centros Profissionalizantes;
- III. ampliar Assistência ao Idoso;
- IV. aumentar a meta de Assistência Social;
- V. criar e/ou manter o Conselho Municipal do Idoso;
- VI. construir creches para utilização em tempo integral;
- VII. expandir as ações educativas nas escolas e comunidades;
- VIII. criar mecanismos para evitar a exploração da criança por terceiros;
- IX. criar a Casa da Mulher, com profissionais para o atendimento sócio-familiar;
- X. implantar e Implementar políticas públicas para a criança e o adolescente;
- XI. descentralizar os serviços da Secretaria de Cidadania e Promoção Social para as comunidades;
- XII. firmar parcerias com o movimento comunitário e ONGs da cidade;
- XIII. intensificar a divulgação dos serviços sociais oferecidos para a população através de emissoras de rádio;
- XIV. promover a integração e interação entre secretarias municipais;
- XV. promover a inclusão social das minorias;
- XVI. executar com resolutividade as ações sociais;
- XVII. conscientizar os cidadãos de seus direitos e deveres;



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

- XVIII.criar política para a geração de emprego e renda (área rural e urbana);
- XIX.mapear as áreas de exploração sexual para fins comerciais;
- XX.criar e ampliar políticas públicas destinadas aos portadores de necessidades especiais.

**SEÇÃO VIII**

**Da Política de Saúde**

**Art. 21** – São objetivos básicos referentes à Política de Saúde:

- I. gerir, planejar, controlar e avaliar sua política em consonância com o que se prescreve o inciso IV, do Art. 200, da Constituição Federal;
- II. desenvolver, formular e implantar medidas que atendam o bem estar físico e mental da comunidade, em todos os seus níveis;
- III. promover a divulgação científica, no sentido de subsidiar o desenvolvimento dos programas de nível local;
- IV. priorizar as ações preventivas e educativas;
- V. estabelecer políticas de saúde para Consolidação da Municipalização dos Serviços do Sistema Único de Saúde – SUS.

**Art. 22** – A Política de Saúde contemplará, no mínimo, as Diretrizes, Projetos e Programas sobre:

- I. gerenciamento e controle de contratos e convênios nas esferas Federal, Estadual, Municipal e Privada;
- II. informatização do Sistema Municipal de Saúde;
- III. organização do Serviço de Vigilância Sanitária e Epidemiológica do Município;
- IV. implantação de um Sistema de Medicina Preventiva;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- V. ampliação e desenvolvimento do atendimento à Saúde Mental, respeitando os níveis de complexidade (Primário, Secundário e Terciário), proibindo práticas manicomiais e promovendo a ampliação de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS);
- VI. promoção da integração entre Secretaria de Saúde, de Educação e de Cidadania e Promoção Social.
- VII. Criação de um Banco de Dados de informação de saúde do município;
- VIII. Elaboração do Plano Diretor de Saúde Municipal;
- IX. Elaboração do Código Sanitário Municipal;
- X. Adoção de medidas que visem ao aparelhamento técnico do Conselho Municipal de Saúde, objetivando seu pleno funcionamento;
- XI. manutenção de programas de atenção permanente a grupos populacionais com riscos específicos;
- XII. implantação de Distritos Sanitários, garantindo à população a integralidade de assistência em todos os níveis de atuação do sistema de saúde;
- XIII. criação de políticas de atenção integral à gestante e a criança 0 a 2 anos;
- XIV. atenção Integral aos portadores de doenças crônicas e terminais residentes no município;
- XV. atenção integral a portadores de necessidades especiais;
- XVI. promoção da capacitação e qualificação dos serviços de saúde;
- XVII. garantia da assistência ambulatorial, hospitalar e laboratorial da população nos dois níveis de assistência: atenção básica e média complexidade;
- XVIII. redimensionamento da localização dos PSF's através da atualização do mapeamento das áreas cobertas pela Política Saúde da Família;
- XIX. cobrança dos poderes constituídos a aplicação correta dos recursos;
- XX. fortalecimento do controle social através do Conselho Municipal de Saúde;
- XXI. fomentação das Políticas de Prevenção e Educação em Saúde no âmbito municipal;
- XXII. ampliação das unidades de saúde de acordo com o crescimento demográfico da cidade, utilizando como parâmetro os critérios do PSF;
- XXIII. ampliação do corpo técnico do PSF, agregando novas especialidades, tendo como parâmetro os critérios do próprio PSF;
- XXIV. construção e aparelhamento do PSF nos distritos e comunidades rurais;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- XXV. realização de concurso público, com normas específicas para o profissional de PSF;
- XXVI. organização da farmácia básica nos PSF's, respeitando os critérios do Ministério da Saúde;
- XXVII. ampliação e melhoria dos procedimentos especializados nas unidades de referência, observando os critérios de necessidade de demanda da população;
- XXVIII. descentralização das Farmácias Básicas de saúde;
- XXIX. garantia do devido funcionamento do sistema de atendimento 192 para acessar o atendimento móvel hospitalar;
- XXX. ampliação da rede hospitalar e dos profissionais envolvidos, com ênfase ao processo de humanização de atendimento;
- XXXI. aumento da referência e contra-referência no atendimento hospitalar e nos centros de referências;
- XXXII. criação de um Centro de Referência nos bairros mais afastados, respeitando as diretrizes do SUS;
- XXXIII. operacionalização da fiscalização e atuação do Conselho Municipal de Saúde;
- XXXIV. criação e/ou manutenção de uma ouvidoria na Secretaria de Saúde;
- XXXV. garantia do cumprimento das políticas públicas preventivas propostas pelo Ministério da Saúde;
- XXXVI. ampliação do corpo profissional e de equipamentos para a vigilância sanitária, como forma de melhoria de sua atuação;
- XXXVII. modernização e ampliação os equipamentos de informatização e atendimento ao público;
- XXXVIII. melhoria da comunicação entre as diversas secretarias municipais;
- XXXIX. criação do Centro de zoonoses;
- XL. construção de um Centro de Atendimento à Saúde da Mulher – CAISM;
- XLI. instalação do Instituto Médico Legal – IML, na cidade de Cajazeiras, através dos órgãos competentes.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

**SEÇÃO IX**

**Da Política de Educação**

**Art. 23** – São objetivos básicos referentes à Política de Educação:

- I. garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola;
- II. garantir a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. garantir a participação de representante da comunidade na gestão democrática do ensino a ser levado a efeito;
- IV. garantir o padrão de qualidade do ensino;
- V. adotar o pluralismo em idéias e de concepções pedagógicas;
- VI. promover e garantir o ensino público gratuito em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorizar os profissionais de ensino;

**Art. 24** – A Política de Educação contemplará, no mínimo, Diretrizes, Projetos e Programas sobre:

- I. implantar sistema de ensino próprio com extensão, correspondente às necessidades locais de Educação Geral e qualificações para o trabalho, respeitadas as diretrizes e bases fixadas pela Legislação Federal as Disposições Supletivas da Legislação Estadual;
- II. organizar o Conselho Municipal de Educação, órgão de caráter consultivo cuja regulamentação se fará por Lei Complementar;
- III. aplicar, obrigatoriamente, no Ensino Municipal no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), da receita proveniente de impostos, incluindo recursos de transferência, conforme Constituição Federal e Lei Orgânica do Município;
- IV. implantar a educação especial na Rede Municipal de Ensino;
- V. elaborar o Plano de Carreira e Habilitação para os cargos e funções existentes, respeitando-se, ainda, as normas para reciclagem e atualização;
- VI. garantir a realização do Censo escolar conforme Normas do Ministério da Educação;
- VII. manter os projetos existentes, quando do interesse do Município;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- VIII. garantir a participação da Comunidade na gestão e planejamento da Política de Creches e Pré-escolas, através do Conselho Municipal de Educação e ao nível das unidades, assegurando a participação das famílias usuárias, através de representantes escolhidos entre seus pares;
- IX. garantir uma escola democrática, pela escolha de seus dirigentes e pela gestão participativa da comunidade;
- X. conceder à Direção de cada escola a gestão dos recursos básicos destinados a custeio da respectiva unidade;
- XI. fortalecer o transporte escolar gratuito para professores e alunos;
- XII. capacitar os docentes e reestruturar o Estatuto do Magistério Público Municipal;
- XIII. implantar programas de arte-educação com os alunos das escolas públicas municipais;
- XIV. expandir, recuperar e ampliar a rede física existente;
- XV. acelerar a erradicação do analfabetismo com ampliação do número de classes do Ensino Supletivo, atendendo à demanda Escolar do Município;
- XVI. elaborar e/ou atualizar o Plano Municipal de Educação;
- XVII. implantar programas de formação Profissionalizantes para os alunos da rede pública de ensino, maiores de 14 anos, integrado ao desenvolvimento econômico, projetado para o Município;
- XVIII. promover e fortalecer a cooperação técnica, administrativa e financeira entre as diversas instâncias federativas e organismos não governamentais, inclusive para aplicação de programas de educação patrimonial e educação ambiental;
- XIX. implementar o PPP (Projeto Político Pedagógico);
- XX. adequar os prédios das escolas para bem atender as ações educacionais;
- XXI. implantar creches nos locais onde houver demandas;
- XXII. implantar nas escolas públicas ações pedagógicas de extensão que funcionem em horário integral para atender os alunos da rede de ensino;
- XXIII. promover o transporte e zoneamento do quadro funcional;
- XXIV. construir um local apropriado para a educação física nas escolas e um ginásio de esportes por área;
- XXV. promover a capacitação anual para o quadro funcional;



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

- XXVI. promover a nucleação de escolas por áreas (zona rural);
- XXVII. realizar concursos públicos para preenchimento de vagas ou ampliação do quadro de educação no Município;
- XXVIII. criar programas que auxiliem no processo ensino-aprendizagem;
- XXIX. implantar a inclusão digital no Município;
- XXX. criar e/ou ampliar e readaptar o Centro de Treinamento Educacional;
- XXXI. desenvolver uma política de transporte escolar;
- XXXII. capacitar profissionais da educação para trabalhar com portadores de necessidades especiais de forma inclusiva.

**SEÇÃO X**

**Da Política de Cultura**

**Art. 25** – São objetivos básicos referentes à Política de Cultura:

- I. promover e divulgar a história, as tradições e obras dos valores humanos e artístico locais;
- II. difundir e promover a história, as tradições, as obras e expressões artísticas universais;
- III. estabelecer a cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais e objetos de interesse histórico, artístico e turístico;
- IV. firmar convênios de intercâmbio e cooperação técnica e/ou financeira com entidades públicas e privadas, para criação e manutenção de Bibliotecas Públicas;
- V. patrocinar, fomentar e intercambiar oficinas e grupos de artes, de todas as linguagens (cênicas, plásticas, musicais etc.), contemporâneas, clássicas e tradicionais;
- VI. estimular o desenvolvimento e a apresentação de atividades artístico-culturais através de incentivos fiscais sobre tributos, regularmente cobrados conforme legislação específica.

**Art. 26** – A Política de Cultura contemplará, no mínimo, Diretrizes, Programas e Projetos sob o



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- I. criar escolar ou cursos de formação artística;
- II. incentivar a iniciativa privada na promoção de programas e projetos culturais;
- III. implantar mecanismos de defesa e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Município;
- IV. divulgar todas as formas de expressão cultural do Município;
- V. implantar o Sistema Municipal de Bibliotecas;
- VI. cumprir o que determina a Lei de Incentivo à Cultura;
- VII. incentivar a implementação de projetos focados na divulgação das tradições culturais da cidade, inclusive de grupos folclóricos;
- VIII. elaborar um calendário cultural participativo, com destinação de recursos específicos estabelecidos por lei;
- IX. destinar espaços para exposição de artes visuais;
- X. incentivar e promover o artesanato local;
- XI. criar dotação de nível municipal e parcerias de nível estadual, federal e privada;
- XII. criar um festival anual de mostra de artes;

**SEÇÃO XI**

**Da Política de Turismo, Esporte e Lazer.**

**Art. 27** - Os objetos básicos referentes à Política de Turismo e Esportes são:

- I. promover eventos populares;
- II. implantar um calendário turístico com as principais comemorações do Município inserindo-o na rota do Turismo Estadual e Nacional;
- III. prover a Cidade de equipamentos turísticos;
- IV. prover a Cidade de equipamentos e eventos, de modo a incentivar a prática de esportes e de atividades de recreação;
- V. incentivar a formação desportiva e coordenar as atividades esportivas amadoras do Município;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- VI. coordenar as equipes de competições representantes do Município em jogos nacionais, regionais, abertos e outros;
- VII. buscar recursos e incentivos financeiros e firmar convênios, visando à melhoria do turismo e a manutenção das equipes de competição e recreação.

**Art. 28** – As Políticas de Turismo, Esportes e Lazer contemplarão, no mínimo, Diretrizes, Projetos e Programas, sobre:

- I. manter os projetos existentes, quando do interesse do Município;
- II. implantar novas praças esportivas e seus equipamentos nas áreas competitivas e recreativas;
- III. celebrar convênios com entidades privadas patrocinadoras das equipes de competições que representem o Município;
- IV. desenvolver programas para prática de esportes que contemplem todas as idades e portadores de necessidades especiais;
- V. garantir a preservação e manutenção de praças;
- VI. garantir o uso público de áreas verdes, vedada sua doação ou concessão para outras atividades;
- VII. criar programas de fomento ao turismo;
- VIII. potencializar o uso dos espaços turísticos existentes;
- IX. implantar uma Central de Atendimento ao turista;
- X. criar programas de recepção ao turista;
- XI. definir políticas que incentivem o turismo cultural;
- XII. incentivar a implantação de hotéis e pousadas no Município;
- XIII. criar uma cartilha sobre o turismo;
- XIV. melhorar os equipamentos turísticos existentes;
- XV. promover cursos de capacitação para as pessoas envolvidas no atendimento ao turista;
- XVI. definir políticas de combate às práticas de turismo sexual.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

**SEÇÃO XII**

**Da Política Ambiental**

**Art. 29** – Os objetivos básicos referentes à Política Ambiental são:

- I. preservar, melhorar e recuperar o Meio Ambiente;
- II. integrar ações ligadas à defesa do Meio Ambiente
- III. estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental;
- IV. impor ao poluidor e ao agressor do meio ambiente a obrigação de recuperar e indenizar os danos causados ao meio ambiente;
- V. fomentar uma consciência pública sobre a necessidade de preservar e manter a qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico;
- VI. desenvolver atividades educativas junto à comunidade, no sentido de resgatar a qualidade de vida e do meio ambiente;
- VII. compatibilizar a Política Ambiental com políticas setoriais, principalmente a de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- VIII. implantar a coleta seletiva do lixo urbano;
- IX. dar destino tecnicamente adequado ao lixo urbano e rural.

**Art. 30** – A Política Ambiental contemplará, no mínimo, Diretrizes, Projetos e Programas sobre:

- I. arborização de ruas, praças, parques e estacionamentos, e outros logradouros públicos;
- II. controle da poluição de água e do solo, incluindo a poluição sonora;
- III. implantação do sistema de coleta seletiva, destinação e processamento do lixo;
- IV. estabelecimento de critérios de podas e de programas de arborização urbana;
- V. garantia do funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente, através de legislação específica;
- VI. implementação da cooperação técnica entre os órgãos ambientais;
- VII. implantação de políticas relacionadas à educação ambiental, envolvendo a população, por meio de campanhas educativas;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- VIII. desenvolvimento de programas de Educação Ambiental junto às escolas públicas e privadas no município de Cajazeiras;
- IX. melhoria do sistema municipal de coleta de lixo;
- X. criação de um sistema municipal de coleta seletiva e destino adequado;
- XI. desenvolvimento de Projetos de reciclagem e compostagem de resíduos;
- XII. implantação e/ou manutenção de aterro sanitário, promovendo a disposição adequada dos resíduos sólidos;
- XIII. intensificação de parcerias com entidades governamentais e não governamentais em projetos relacionados à arborização do Município;
- XIV. criação da oferta de áreas verdes públicas qualificadas, implantando equipamentos de lazer, esporte e infra-estrutura;
- XV. ampliação das áreas verdes em praças, com adequado tratamento paisagístico, garantindo o acesso de toda a população;
- XVI. revisão e aperfeiçoamento da Legislação Municipal Ambiental para a sua adequação aos preceitos desta Lei, quando necessário, ao longo desses dez anos;
- XVII. ampliação do sistema de saneamento ambiental, de modo a garantir o adequado esgotamento sanitário, tratamento de água e esgotos, redes de drenagem pluvial;
- XVIII. impedimento da ocupação das margens dos rios, barragens e açudes por habitações irregulares com monitoramento e vigilância, com as comunicações, com as associações de moradores de bairros e das áreas ribeirinhas;
- XIX. impedimento da abertura de novos loteamentos em áreas onde não há adequado saneamento ambiental;
- XX. cumprimento da legislação no que se refere à prática de crimes ambientais;
- XXI. preservação das áreas ambientalmente frágeis ocupadas, e recuperação das degradadas, especificamente os morros e os córregos urbanos;
- XXII. criação de um sistema municipal de áreas de proteção (APP, unidade de conservação);
- XXIII. readequação da instalação de antenas para celulares, bem como, de antenas radiofônicas em áreas densamente povoadas;
- XXIV. criação de áreas de manejo florestal em áreas florestais e ampliação do apoio técnico



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

**Parágrafo Único** - O sistema de coleta, destinação e processamentos do lixo contemplará os tipos domiciliares, comerciais, de serviços, industriais e hospitalares.

**SEÇÃO XIII**

**Da Política de Transportes Públicos**

**Art. 31** – Os objetivos básicos referentes à política de Transportes Públicos são:

- I. garantir a prioridade absoluta ao Transporte Coletivo de Passageiros;
- II. garantir a isenção de tarifa a idosos, deficientes e outros previstos em Lei;
- III. garantir a participação da comunidade e dos usuários no Planejamento e na fiscalização dos órgãos e empresas operadoras do Sistema de Transporte Coletivo;
- IV. assegurar padrões de qualidade dignos;
- V. compatibilizar a Política de Transportes Públicos com as Políticas de Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário.

**Art. 32** - A Política de Transportes Públicos contemplará, no mínimo, Diretrizes, Projetos e Programas sobre:

- I. criar o sistema operacional;
- II. implantar uma metodologia de cálculo de tarifa;
- III. estabelecer o trajeto e frequência das linhas;
- IV. definir os terminais e pontos de embarque e desembarque;
- V. implantar medidas que assegurem facilidade no uso do Transporte Coletivo pelo cidadão portador de necessidades especiais, gestantes e idosos;
- VI. criar o Conselho Municipal de Transporte;



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

- VII. criação de uma política de transporte público, que atenda a todos os bairros com eficiência e praticidade;
- VIII. rever políticas de transporte públicos e alternativos;
- IX. definir praças de táxi e moto-taxi nos bairros.

**Art. 33** – A Política de Transportes Públicos contemplará, ainda, diretrizes relacionadas ao Transporte de Passageiros e de cargas, Rodoviário, Ferroviário e Aeroportuário, se vier a ser implantado.

#### **SEÇÃO XIV**

##### **Da Política do Sistema Viário e do Trânsito**

**Art. 34** – Os objetivos básicos referentes à Política do Sistema Viário e do Trânsito são:

- I. assegurar a adequada continuidade das vias;
- II. melhorar as condições de circulação;
- III. garantir segurança ao pedestre;
- IV. assegurar condições adequadas às pessoas portadoras de deficiências;
- V. compatibilizar a Política do Sistema Viário e do Trânsito com as de Uso e Ocupação do Solo e Ambiental.

**Art. 35** – A Política do Sistema Viário e do Trânsito deverá contemplar, no mínimo, Diretrizes, Projetos e Programas sobre:

- I. priorizar o transporte coletivo;
- II. impor restrições à circulação e proibição do estacionamento de veículos de carga nas vias públicas, principalmente na área central e de preservação histórica e do meio ambiente;
- III. promover estudos de sentido de tráfego;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- IV. definir horários de circulação de veículos de carga;
- V. realizar estudos para identificar os pontos críticos do trânsito e apresentar propostas para saná-los;
- VI. implantar comunicação visual e sinalização gráfica, horizontal e vertical;
- VII. criar programas de pavimentação de vias, contemplando os aspectos paisagísticos e a adoção de ciclovias;
- VIII. colocar placas em logradouros públicos com denominações atualizadas – nomes de ruas, avenidas, praças;
- IX. opção na instalação de lombadas eletrônicas;
- X. opção na implantação do Projeto de Estacionamento tipo “Zona Azul”;
- XI. garantir que vias e calçadas não sejam obstruídas com depósitos de matéria, pontos de venda, ou uso particular;
- XII. elaboração de campanhas educativas para o trânsito;
- XIII. construção de pontes para interligar bairros, bem como passagens molhadas nas comunidades rurais;
- XIV. aprimorar a engenharia de tráfego para pontos críticos levantados alhures;
- XV. criação de ciclovias onde houver necessidade e viabilidade para tal;
- XVI. reestruturação na malha viária;
- XVII. recuperação de estradas na zona rural;
- XVIII. capacitação dos Agentes da SCTRANS.

**SEÇÃO XV**

**Da Política Global de Desenvolvimento dos Bairros**

**Art. 36** – As Políticas Setoriais previstas nesta Lei contemplarão todos os Bairros.

**Art. 37** – A Secretaria Municipal de Planejamento compatibilizará as proposições, diretrizes e programas das diferentes Políticas Setoriais, constituindo a Política Global de Desenvolvimento do Município.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**SEÇÃO XVI**

**Da Política de Desenvolvimento Econômico**

**Art. 38** – Os objetivos referentes à Política de Desenvolvimento Econômico são:

- I. melhorar a qualidade de vida da população;
- II. garantir a justa distribuição de rendas;
- III. promover medidas que elevem o nível de empregos;
- IV. descentralizar as atividades econômicas no espaço urbano, visando à redução de deslocamento da população;
- V. compatibilizar o desenvolvimento econômico com preservação do meio ambiente;
- VI. formar estoques de áreas para fins do desenvolvimento econômico industrial, comercial, agropecuário, turístico e afins;

**§ 1º** - A Política de Desenvolvimento Econômico para a área urbana deverá contemplar, no mínimo, Diretrizes, Projetos e Programas sobre:

- I. política de incentivo ao micro e pequeno empresário para o aumento de geração de emprego e renda (artesão, sapateiro e artistas em geral);
- II. política de apoio a segmentos do comércio no sentido de melhorar a qualidade nos serviços prestados ao consumidor (bares, restaurantes, hotéis, pousadas, etc.);
- III. política de incentivo para funcionar os centros comerciais para micro e pequenos empresários;
- IV. criação de políticas para atrair compradores para os produtos locais;
- V. incentivo à implantação de núcleos setoriais;
- VI. criação de um fundo de aval para incentivo a financiamentos diversos;
- VII. criação de centro de apoio ao setor de artesanato nos bairros e na zona rural como atração para absorção de sua produção;
- VIII. criação de um Centro de Comercialização para produtos de artesanatos e outros;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- IX. criação de um centro de negócios e modas regionais;
- X. criação de escolas de informática para suporte profissional dos trabalhadores da indústria e comércio do Município;
- XI. criação, incentivo e apoio ao Pólo de Confecção como forma de buscar meios vocacionais para economia da cidade;
- XII. criação de Cursos de Capacitação para os setores comerciais para preparar e impulsionar a economia local.

**§ 2º - A Política de Desenvolvimento Econômico para a área rural deverá contemplar, no mínimo, Diretrizes, Projetos e Programas sobre:**

- I. incentivo à convivência com o semi-árido com respeito ao plano de desenvolvimento agropecuário: pólo ovino-caprino, de avicultura, horticultura, floricultura, construção de barragens subterrâneas, piscicultura de tanques rede e convencional;
- II. melhoria da eficiência do uso do potencial hidrológico do município para demanda de projetos ligados à implementação de pequenas unidades produtivas irrigadas, aproveitando a mão-de-obra familiar do campo e periferia da cidade;
- III. incentivo à criação de associações e cooperativas, como forma de organização coletiva para o desenvolvimento econômico rural;
- IV. incentivo à produção da cadeia leiteira, à melhoria genética do rebanho bovino e caprino, bem como a compra de matrizes pela Secretaria de Agricultura.
- V. a criação de políticas de aproveitamento dos resíduos orgânicos do Município para transformação em adubos, de forma a atender os pequenos produtores das unidades de agricultura agro-ecológica;
- VI. incentivo ao agricultor familiar para a implantação de fruticultura nativa da região;
- VII. inserção do agente de desenvolvimento rural para atender e alavancar o desenvolvimento agropecuário, principalmente o agricultor familiar;
- VIII. criação de cursos de capacitação para o setor rural, para o impulso da agropecuária do município.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 39** - O Poder Executivo Municipal, com objetivo de Promover o Desenvolvimento Urbano, enviara a Câmara Municipal Projetos de Lei que contemplarão outros instrumentos de controle e produção do desenvolvimento urbano.

**Art. 40** - O Município de Cajazeiras, para efeito do Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo, constituído por área urbana e rural, devendo seu Marco Zoneamento ser motivo de legislação específica.

**Art. 41** - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras, Estado da Paraíba, em 01 de Dezembro de 2006.

**CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

---

LEI Nº 1.667 / 2006 – SGAP.

ALTERA a Lei Municipal Nº. 1.549/2004 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS decreta e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - O parágrafo único do Artigo 2º da Lei Nº. 1.549 de 02 de setembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único – Ao Presidente da Câmara será assegurado um acréscido de até 50% do valor do subsídio do vereador, devido o exercício das funções representativa e administrativa do Poder Legislativo."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – Estado da Paraíba, 01 de Dezembro de 2006.

Atenciosamente,

  
**Dr. Carlos Antonio Araújo de Oliveira**  
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

---

LEI Nº 1.668 / 2006 – ŠGAP.

Dá nova redação ao Artigo 1º da Lei Municipal Nº. 1.653/06, conforme especifica e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA**, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS** decreta e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Municipal Nº. 1.653/06, passará a vigorar com a seguinte redação: Fica o Poder Executivo autorizado a criar, controlar e fiscalizar 43 (quarenta e três) Praças para a Exploração de Moto Táxi, devendo a permissão ser feita à Empresas que já operam neste ramo de atividade comercial.

Art. 2º - A presente Lei autoriza a criação e funcionamento das praças localizadas: a) na Rua Heleno de Sousa Rodrigues, s/n – Bairro Santa Cecília; b) Avenida João Rodrigues Alves, s/n – Jardim Oásis; c) Rua Engenheiro Carlos Pires de Sá, 510 – centro; d) Rua Anísio Rolim, 189 – Capoeiras; e) Rua Rotary – Bairro Jardim Oásis; f) Rua Arsênio Rolim Araruna – centro; g) Rua João de Souza Maciel – Bairro da Esperança.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – Estado da Paraíba, 01 de dezembro de 2006.

Atenciosamente,

**Dr. Carlos Antonio Araújo de Oliveira**  
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

LEI Nº 1.668 / 2006 – SGAP.

Dá nova redação ao Artigo 1º da Lei Municipal Nº. 1.653/06, conforme especifica e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS decreta e eu sanciono a presente Lei.**

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Municipal Nº. 1.653/06, passará a vigorar com a seguinte redação: Fica o Poder Executivo autorizado a criar, controlar e fiscalizar 43 (quarenta e três) Praças para a Exploração de Moto Táxi, devendo a permissão ser feita à Empresas que já operam neste ramo de atividade comercial.

Art. 2º - A presente Lei autoriza a criação e funcionamento das praças localizadas: a) na Rua Heleno de Sousa Rodrigues, s/n – Bairro Santa Cecília; b) Avenida João Rodrigues Alves, s/n – Jardim Oásis; c) Rua Engenheiro Carlos Pires de Sá, 510 – centro; d) Rua Anísio Rolim, 189 – Capoeiras; e) Rua Rotary – Bairro Jardim Oásis; f) Rua Arsênio Rolim Araruna – centro; g) Rua João de Souza Maciel – Bairro da Esperança.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – Estado da Paraíba, 01 de dezembro de 2006.

Atenciosamente,

**Dr. Carlos Antonio Araújo de Oliveira**  
Prefeito Constitucional



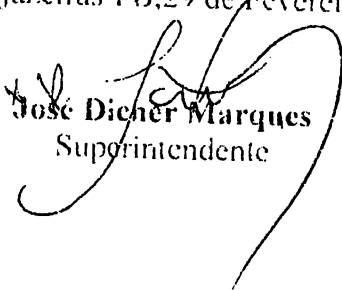
ESTADO DA PARAÍBA

SCTRANS - Superintendência Cajazeirense de Transportes e Trânsito

## DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins de direito e para fins de prova junto ao Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, que o Sr: **JOSÉ AIRTON PEREIRA**, residente e domiciliado a Rua Desembargador Boto, 512 neste Município de Cajazeiras-PB, CPF: 342.611.844-00 cumpriu regularmente as exigências legais pertinentes ao Posto de **MOTO TÁXI NOSSA SENHORA APARECIDA** localizado a Av. Júlio Marques do Nascimento, nesta cidade, sendo o mesmo responsável pela direção do referido posto a partir desta data e de acordo com a portaria baixada por esta Superintendência de Trânsito, somos pela liberação do Alvará de funcionamento sem qualquer ressalva.

Cajazeiras-PB, 29 de Fevereiro 2008.

  
José Diener Marques  
Superintendente



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

---

LEI Nº.1.669 / 2006 – SGAP.

DENOMINA de Rua DOMÍCIO RODRIGUES DE HOLANDA, a Rua Projetada H, que tem início na Rua Dr. José Moreira de Figueiredo, entre as quadras - 06, 07 e 08 do Loteamento Cristo Rei, prolongando por toda sua extensão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS** decreta e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica denominada de Rua Domício Rodrigues de Holanda, a Rua Projetada H, que tem início na Rua Dr. José Moreira de Figueiredo, entre as quadras -06, 07 e 08 do Loteamento Cristo Rei, como uma justa homenagem do Poder Legislativo Cajazeirense.

Art. 2º - As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – Estado da Paraíba, 01 de Dezembro de 2006.

  
**Dr. Carlos Antonio Araújo de Oliveira**  
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

---

**LEI Nº1.670/2006- SGAP**

**DISPÕE SOBRE A REVISÃO E  
ALTERAÇÃO NO PLANO PLURIANUAL DE  
GOVERNO PARA O MUNICÍPIO DE  
CAJAZEIRAS - PB, PERÍODO 2006/2009.**

**O Prefeito do Município de Cajazeiras – PB faz saber que a Câmara Municipal  
Decreta e eu Sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à revisão e  
alteração nos Programas e Ações constantes do Plano Plurianual de Governo para o  
Município de Cajazeiras – PB - período 2006/2009, na forma constante do anexo I e,  
demais anexos à presente Lei.**

**Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.**

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, em 29 de dezembro  
de 2006.**

**DR. CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Prefeito do Município de Cajazeiras



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

---

Serão alterados no Plano Plurianual de Governo para o Município de Cajazeiras – PPA, período 2006/2009, os Programas e as Ações demonstrados nos Relatórios abaixo especificados e nos Anexos a presente Lei:

<b>1.1 Formulário 1: Levantamento Preliminar das Ações</b>
<b>1.2 Formulário 2: Identificação de Programas</b>
<b>1.3 Formulário 3: Ações integrantes do Programa</b>
<b>1.4 Formulário 4: Proposta de Programa Setorial – Identificação de Programa</b>
<b>1.5 Formulário 5: Proposta de Programa Setorial – Identificação de Ações</b>
<b>1.6 Formulário 6: Programas Validados por Macro-objetivo</b>
<b>1.7 Formulário 7: Ações Validadas</b>
<b>1.8 Programas</b>
<b>1.9 Resumos das Ações Por Função e Sub-função</b>
<b>2.0 Classificação dos Programas Por Macro-objetivo</b>
<b>2.1 Classificação dos Programas e Ações Por Função e Sub-função</b>
<b>2.2 Resumo dos Programas Por Macro-objetivo</b>

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS**, em 29 de dezembro de 2006.

**DR. CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Prefeito do Município de Cajazeiras